



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

15746 - Resumo Expandido - Trabalho - 16ª Reunião Científica Regional da ANPEd - Sudeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 12 - Currículo

REFLETINDO SOBRE AS PROMESSAS DEMOCRÁTICAS NAS PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO
 Matheus Saldanha do Amaral Reis - UERJ - PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro
 Victor Hugo Barbosa de Souza - UERJ/PROPED - Universidade do Estado do Rio de Janeiro

REFLETINDO SOBRE AS PROMESSAS DEMOCRÁTICAS NAS PROPOSTAS DE AVALIAÇÃO

Esta proposta de trabalho traduz o investimento teórico que temos realizado a partir de aportes pós-estruturais, em especial pela articulação entre a Teoria do Discurso de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015) e os operadores teóricos desconstrutivos de Jacques Derrida (1991, 2005), construto teórico-analítico que sustenta e renova o nosso interesse pela teorização do campo curricular e, sobre a necessidade de des-sedimentar certezas sobre as possibilidades democráticas da educação.

Pretendemos desafiar as certezas que reforçam o aparente consenso existente em torno do “nome” democracia articulado nas políticas educacionais. Argumentamos que se trata de um consenso conflituoso (Mouffe, 2001) em que sentidos de democracia são incessantemente disputados. Nesse texto buscamos tensionar sentidos de democracia associados a ideia de algo comum a todos.

Elegemos como *corpus* empírico da nossa reflexão o documento *Sistema de Avaliação da Educação Básica – Documentos de referência | versão preliminar* (Brasil, 2019), maior e mais importante política de avaliação da educação do Brasil. A escolha se justifica por entendermos que o documento em questão se qualifica como arcabouço teórico que sustenta o Saeb como política comprometida com a construção democrática. A leitura/interpretação que fazemos do documento se realiza como um intenso movimento de questionamento radical e

de perturbação das significações de democracia articuladas no documento. No entanto, cabe destacar que nosso questionamento não se restringe as “políticas oficiais”, o nome democracia é incessantemente disputado em projetos educacionais em que a educação é enunciada como condição necessária para construção de um mundo mais democrático e melhor para todos.

Argumentamos que são certezas sobre a educação que se sustentam na “ideia de que determinadas formas de conhecer são capazes de formar e/ou conscientizar sujeitos, conferindo a eles capacidades para atuar de forma consciente em “realidades” concebidas *a priori*” (Pereira, 2023, p. 03).

Como exemplo dessa construção discursiva citamos um trecho da seção 4.2.6 do *Documentos de referência, no Eixo equidade*, nele podemos identificar essa pretensão na afirmação de que “pessoas mais instruídas contribuem para sociedades mais democráticas e economias sustentáveis, ao mesmo tempo em que são menos dependentes da ajuda pública e menos vulneráveis a crises econômicas” (Brasil, 2019. p. 43).

Concordamos com Popkewitz e Sverker Lindblad (2016), quando estes advogam que esta racionalidade estatística se justifica pela tentativa de domesticação do acaso, elemento crucial para os governos democráticos modernos. Se a própria noção de progresso encerra em si a ideia de constantes mudanças e incertezas e se o cidadão, munido de liberdade, autonomia e agência, é a personificação da contingência, pensar a população de forma estatística é uma manobra eficaz para a universalização de uma concepção particular de indivíduo e, nos casos das políticas de avaliação em larga escala, de que conhecimento este indivíduo precisa possuir.

No texto do Saeb se destaca uma visão economicista que sustenta a pretensão de uma relação causal entre recursos investidos e os resultados alcançados que, por sua vez, se refletem na construção de economias estáveis e sociedades democráticas. Sentidos de democracia carregados de uma visão economicista da vida, mas, a lógica que permite essa aposta na educação não difere daquela que articula sentidos emancipatórios. A pretensão de que se forem selecionados os conteúdos adequados para constituir o currículo, e se eles forem ensinados com eficiência, todos aprenderão tudo da forma como foi planejado.

Dessa perspectiva, não basta propor um currículo, é preciso estabelecer mecanismos de controle dos processos de apropriação pelos sujeitos. Trata-se de tentar controlar as possibilidades de interpretação (Lopes; Borges, 2017), uma condição *sine qua non* de políticas para a formulação de políticas como o Saeb. Percebemos assim uma concepção de mundo capaz de ser alcançado por um *output* educacional e mediante um *input* pretensamente igualitário.

Entendemos que são tentativas de hegemonizar projetos de mundo totalizantes. Hegemonias que entendemos como tentativas de fixação de sentidos de mundo e de identidades (Laclau; Mouffe, 2015). São projetos de mundo em disputa e, no caso do Saeb, é possível perceber essas disputas nas tentativas de fixar sentidos de democracia associados a

uma perspectiva economicista, como no fragmento citado acima, ao mesmo tempo em que reconhece “a legitimidade da diferença (...), prevenindo e enfrentando preconceitos, discriminação e violências” (Brasil, 2019. p. 46), bem como os desafios de pensar políticas públicas igualitárias para uma sociedade marcada por tantas desigualdades como consta no trecho em que se destaca a necessidade ética de reconhecer “a legitimidade da diferença (...), prevenindo e enfrentando preconceitos, discriminação e violências” (Brasil, 2019. p. 46), bem como os desafios de pensar políticas públicas igualitárias para uma sociedade marcada por tantas desigualdades.

Também é importante destacar as tentativas de significar a *convivência democrática* no documento. Ela aparece associada a significantes como *justiça, solidariedade, igualdade, respeito e tolerância*. No entanto, com Laclau e Mouffe (2015) destacamos que esses “nomes” também são significantes em disputa articulados nos discursos para preencher o significante democracia.

São significantes que suplementam um projeto de democracia sem conflitos, articulada em torno de algo melhor e comum a todos. Ideias que sustentam projetos de reconhecimento que não abrem espaço para que cada diferença se afirme no mundo como presença (Biesta, 2013).

Finalizamos a escrita destacando que esses tensionamentos não implicam em abandono dos projetos democráticos, pelo contrário, com Mouffe (2006) apostamos na possibilidade de uma democracia radical, aberta de forma incondicional para a alteridade e para a imprevisibilidade, tensionando sempre a normalização de uma ideia de “comum” que possa garantir a tão sonhada consensualidade. Trata-se de pensar em uma democracia agonística, em uma convivência democrática aberta ao ineditismo e às diferenças em contraposição aos crescentes projetos de realidade que supõem uma “democracia comum”, uma promessa capaz de *resolver* os problemas de um amanhã inexistente.

Palavras-chave: Democracia, Normatividade, Diferença.

Referências

- BIESTA, Gert. *Para além da aprendizagem: educação democrática para um futuro humano*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.
- BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). *Sistema de Avaliação da Educação Básica: documentos de referência - versão preliminar*. Brasília, DF: Inep, 2019.
- DERRIDA, Jacques. *Margens da filosofia*. Campinas: Papirus, 1991.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo, Intermeios, 2015.

LOPES, Alice C.; BORGES, Verônica. Currículo, conhecimento e interpretação. *Currículo sem Fronteiras*, v. 17, n. 3, p. 555-573, set./dez. 2017. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org/vol17iss3articles/lopes-borges.pdf>.

MOUFFE, Chantal. Identidade democrática e política pluralista. In: MENDES, Cândido (Coord.). *Pluralismo cultural, identidade e globalização*. Rio de Janeiro: Record, 2001, p. 410 – 430

PEREIRA, Talita Vidal. Políticas e práticas avaliativas: outras possibilidades de interpretar antigos problemas. *Currículo sem Fronteiras*. v. 23, e. 1151, 2023. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol23articles/1151.pdf. Acesso em: 20 jul. 2024.

POPKEWITZ, Thomas; LINDBLAD, Sverker. A fundamentação estatística, o governo da educação e a inclusão e exclusão sociais. *Educação & Sociedade*. Campinas, v. 37, nº. 136, jul.-set., 2016. p. 727-754. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302016165508>